

## Editorial

### **2020 - Ano especialmente difícil: acesso às vacinas - direito universal ou objeto de consumo?**

O ano 2020 começou para os mais de oito bilhões de habitantes do planeta entre perplexidade, medo e esperança. Perplexidade, frente a um inimigo furioso e ainda desconhecido. Medo, diante das consequências avassaladoras da doença que chegou inadvertidamente como um tsunami. Esperança, de que a ciência e seus operadores - cientistas, universidades e laboratórios – iriam conseguir no menor espaço de tempo possível alcançar seu controle e cura por meio de vacinas e medicamentos. A epidemia de Covid-19 chegou arrasadora, mudando conceitos, hábitos, relações públicas e humanas, e até mesmo antigos referenciais culturais, pelo mundo todo.

No contexto geopolítico mundial, assim que a epidemia se tornou publicamente visível no início de 2020, governos de diferentes países começaram imediatamente a se posicionar com relação ao enfrentamento do grave problema que chegava e que com certeza iria mudar comportamentos, costumes, medidas sanitárias, economias...

Alguns países com governos conservadores e/ou negacionistas da ciência iniciaram o enfrentamento da pandemia com um discurso irresponsável de que se tratava de algo corriqueiro e que a Covid-19 vinha com força menor, nos moldes do que acontecera com a H1N1 há pouco mais de uma década, apesar dos estragos menores que essa também causou. Os países desenvolvidos, por outro lado, imediatamente se movimentaram no sentido de interpretar e entender o perigo que estava

chegando sob a ótica científica. Aqui no Ocidente, notadamente os Estados Unidos (apesar das desinformações diárias promovidas pelo presidente Donald Trump) e o Reino Unido (em que pese a fanfarronice inicial do primeiro ministro Boris Johnson, precocemente infectado pelo vírus que quase lhe tirou a vida fazendo-o mudar completamente de discurso), mas em menor escala também os países da Comunidade Europeia, trataram logo de abrir preventivamente negociações junto aos principais laboratórios no sentido da aquisição de vacinas assim que estas estivessem disponíveis no mercado.

O presidente brasileiro Jair Bolsonaro, ventríloquo periférico de Trump, apesar de contar com um PIB dez vezes menor que o do país do seu referente nortista, passou pronta e acriticamente a repetir o discurso, boicotando a criação antecipada de uma estrutura nacional a ser naturalmente coordenada pelo Ministério da Saúde que articulasse o poder público federal aos estados e municípios, a partir de uma base central orgânica e hierarquizada de enfrentamento à pandemia. Ao contrário, pelo menos nos primeiros meses de 2020, o governo brasileiro foi omissos com relação à necessária divulgação midiática massiva de informações indispensáveis especialmente relacionadas com a proteção individual (uso de máscaras) e medidas de distanciamento, além de minimizar e até mesmo desprezar sistematicamente a importância da imunização vacinal assim que essa viesse a estar disponível.

Configurada a possibilidade de que as primeiras vacinas poderiam já estar disponíveis no mercado internacional ainda em 2020, quando os países centrais acima mencionados imediatamente se mobilizaram no sentido de garantir estoque para suas populações, o Brasil simplesmente cruzou os braços, com o governo defendendo possibilidades esdrúxulas de “tratamento precoce”, sem base científica, à base de cloroquina, hidroxicloroquina, ivermectina e outros medicamentos já existentes e historicamente indicados para doenças de origens biológicas outras que não a viral. Com tal posicionamento, na medida em que o ano foi avançando, o número de pessoas contaminadas e de óbitos relacionados com a Covid-19 também foi crescendo no país em grau desproporcional aos índices que vinham sendo registrados em outros lugares. Situação similar deu-se no contexto da América Latina, região que representa apenas 8% da população mundial, mas que no período já registrava cerca de 30% de todas as mortes relatadas por Covid-19 no mundo.

Voltando à possível disponibilidade de vacinas, forte discussão passou a ser desenvolvida globalmente com relação ao direito universal de todas as pessoas,

indistintamente, terem acesso às mesmas. Se por um lado organismos internacionais como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e correlatos passaram a defender tal acesso como um direito humano conquistado após duros embates políticos travados no período Pós-Segunda Guerra Mundial, por outro os laboratórios que investiram fortes recursos em pesquisas juntamente com seus países-sede estavam preocupados, além dos benefícios humanitários que as descobertas trariam, também e especialmente com seus lucros. Afinal de contas, diferentemente de medicamentos que são específicos para determinadas doenças e indicados em situações particulares, as vacinas são praticamente compulsórias, rendendo um imenso mercado cativo.

Neste momento teria sido oportuno a Organização das Nações Unidas (ONU), com sua presumível liderança global (pelo menos no âmbito moral...), convocar uma Assembleia Mundial com o objetivo de discutir a criação de um grande consórcio entre suas duas centenas de países-membro, com aportes proporcionais ao PIB e às condições econômico-sociais de cada país, no sentido da aquisição, controle e distribuição equitativa e justa destas vacinas. Contudo, infelizmente nada disso foi providenciado e, com certeza, especialmente os países da África e América Latina serão os maiores prejudicados, com consequências desastrosas para suas populações mais pobres nas próximas décadas. E assim, igualmente a 2008/2009 por ocasião da H1N1, movidos pela égide crua das chamadas economias de mercado, algumas nações ricas movidas exclusivamente pelo espírito individualista do capitalismo chegaram a adquirir 3-4 doses de vacina por habitante, enquanto as nações pobres ficaram completamente alijadas dessa verdadeira “corrida ao tesouro”...

O ano 2020 será um dos mais longos e tortuosos da história recente do planeta. Vamos aguardar as narrativas futuras, tanto oficiais como independentes e críticas, relacionadas com esse complexo momento pelo qual passa a humanidade. Como sempre, as nações periféricas terminarão a odisseia ainda mais endividadas, com agudização do abismo existente entre ricos e pobres deste planeta terra, aonde governos poderosos e insensíveis vêm contribuindo, ano após ano e incessantemente, com o aprofundamento de um irrefreável e destrutivo processo de autofagia.

**Volnei Garrafa – Editor Chefe**

garrafavolnei@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-4656-2485>

DOI: <https://doi.org/10.26512/rbb.v16.2020.38606>